

**TERMO DE REFERÊNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 171/2025**

**UASG:** 928372

**1. INTRODUÇÃO / INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**1.1.** Torna-se público que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia, CISAN Central/RO, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, CEP 76.872-872, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por meio do Processo nº 171/2025, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, modo ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**2. DEFINIÇÕES DO OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário, considerando as demandas identificadas no âmbito do município consorciado ao CISAN Central/RO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	QUANT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	1	Serviço	Contratação de empresa especializada para <b>Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista</b> , destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.	R\$ 43.915,04	R\$ 526.980,48

**2.2.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 526.980,48 (Quinhentos e vinte e seis**



mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), para ser utilizado durante o período de 12 (doze) meses.

**2.3.** As informações referentes aos valores a serem pagos pela locação e suas especificações encontram-se devidamente detalhados no **Anexo A - Planilha de Composição de Custo de Locação de Equipamentos (ID 63111)**, parte integrante a este Termo de Referência.

**2.4.** A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**2.5.** O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, e o regime de execução do serviço será de forma INDIRETA, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos, conforme as especificações do objeto.

**2.6.** O objeto é enquadrado como contínuo, sendo essencial para manter a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

### 3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**3.1.** A estimativa das quantidades levou em consideração os dados populacionais, a geração média per capita de resíduos sólidos urbanos (kg/hab.dia), os dias de operação mensal, e o número de bairros a serem atendidos. O cálculo resultou em uma média mensal de coleta de aproximadamente 95 toneladas/mês, conforme dados constatados no monitoramento realizado na balança rodoviária do Aterro Sanitário, em um território urbano de 52 quilômetros de extensão de arruamento que deverá ser atendido pela coleta.

**3.2.** A necessidade de locação de caminhões compactadores de lixo com características específicas justifica-se pela demanda existente no município, que é influenciada tanto pelo volume de resíduos a serem coletados quanto pela realidade geográfica das ruas da cidade.

**3.3.** A locação será de 01 (um) caminhão com coletor compactador acoplado com capacidade mínima de 15 m³ com disponibilização de um motorista.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA

**4.1.** A presente contratação se faz necessária para suprir as necessidades do Município de Mirante da Serra, com a locação de 01(um) caminhão compactador de resíduos para a coleta convencional (porta a porta) e transporte de resíduos sólidos urbanos até o aterro



sanitário, mediante a utilização de caminhão com coletor compactador de resíduos acoplado, com capacidade mínima de 15 m³.

**4.2.** A locação do veículo é imprescindível devido à responsabilidade ambiental do município de Mirante da Serra enquanto gerador de resíduos em realizar a coleta convencional dos resíduos sólidos urbanos, conforme estipulado no Art. 10 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

**4.3.** Os serviços de coleta convencional de resíduos sólidos urbanos caracterizam-se como serviços prestados em regime contínuo, justificando-se pela necessidade de o Município realizar a gestão dos resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada, bem como pela importância da manutenção das condições de higiene e limpeza das áreas públicas.

**4.4.** Observa-se que, diante das limitações estruturais, operacionais e orçamentárias enfrentadas por diversos municípios, a atuação integrada por meio de consórcio público apresenta-se como solução viável e eficaz para otimizar recursos, padronizar os serviços e garantir regularidade na execução da coleta de resíduos sólidos urbanos.

**4.5.** O Município de Mirante da Serra, enfrenta a necessidade urgente de disponibilizar equipamentos adequados à execução dos serviços essenciais de limpeza urbana, os quais são fundamentais para a qualidade de vida dos municípios, para evitar o acúmulo de resíduos nas vias públicas, minimizar os riscos de proliferação de vetores e doenças, bem como atender às exigências legais e às demais normativas ambientais aplicáveis.

**4.6.** Sendo assim, é importante ressaltar que a presente contratação se justifica em razão da obrigatoriedade da Administração Pública Municipal em realizar a coleta e da essencialidade dos serviços, considerando que a falta de tratamento adequado, quando necessário, e a disposição final inadequada desses resíduos podem acarretar consequências ainda mais severas, tais como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios e igarapés, além de contribuir para a disseminação de diversos vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores.

**4.7.** Portanto, considerando a natureza essencial da coleta e os benefícios decorrentes da atuação consorciada, o presente Termo de Referência visa fundamentar a adoção das providências necessárias para a implementação e execução do objeto no Município de Mirante da Serra, consorciado ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN Central/RO.



## 5. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS

**5.1.** Para a obtenção do custo estimado da contratação, foi elaborado memorial de cálculo contemplando a composição necessária dos veículos, equipamentos, materiais e da mão de obra envolvida, especificamente a disponibilização de motorista, de modo a refletir os custos reais da execução do objeto.

**5.2.** A partir desse estudo, foi elaborada planilha orçamentária (ID 63111) detalhando a composição dos gastos, sendo os valores referentes a materiais, equipamentos e veículos definidos por meio de pesquisa de mercado, incluindo despesas com manutenção, depreciação, capital investido, tributos e taxas veiculares. O custo de mão de obra foi calculado com base na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2025/2025, firmada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra do Estado de Rondônia – SEAC/RO, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº RO000003/2025.

**5.3.** A estimativa do valor global da contratação foi elaborada com base na planilha de composição de custos detalhada no Anexo A deste Termo de Referência, considerando os insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e custos operacionais necessários à adequada prestação do serviço.

**5.4.** A metodologia adotada confere maior transparência, confiabilidade e previsibilidade à estimativa de preços, assegurando compatibilidade entre o valor estimado da contratação e os preços efetivamente praticados no mercado, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**6.1.** A solução proposta consiste na contratação, por intermédio do Consórcio Central/RO, de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário. A execução deverá seguir cronograma e rotas previamente definidos, com uso de veículos apropriados e destinação dos resíduos ao aterro sanitário consorciado.



**6.2.** Atualmente, o Município não dispõe de servidores devidamente capacitados para operar os equipamentos necessários à execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve assegurar a eficiência, a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. A ausência de qualificação técnica adequada pode comprometer a execução do serviço, ocasionando atrasos, danos ao patrimônio público e ineficiência operacional.

**6.3.** Nesse contexto, e conforme já levantado em Estudo Técnico Preliminar este Termo de Referência confirma e traz a regras para a escolha da solução seleciona o que consiste na contratação de empresa especializada para locação de caminhão coletor compactador de resíduos sólidos, com disponibilização de motorista. Considerando que demonstrou ser mais viável para o Município a adoção da locação dos equipamentos, em detrimento de sua aquisição, garantindo maior eficiência operacional, economicidade e flexibilidade na execução do serviço.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. Sustentabilidade:**

**7.1.1.** A empresa deverá adotar práticas que promovam a sustentabilidade socioambiental durante a execução do objeto, em consonância com as políticas públicas e normas aplicáveis. Entre os requisitos mínimos, destaca-se:

**7.1.2.** A contratada deverá utilizar veículos coletores compactadores em boas condições de conservação e manutenção, de modo a minimizar a emissão de poluentes atmosféricos, vazamentos de chorume e ruídos excessivos;

**7.1.3.** Os veículos utilizados na execução do objeto deverão atender às normas ambientais e de segurança vigentes, incluindo aquelas relativas ao controle de emissões e à prevenção de danos ambientais;

**7.1.4.** A contratada deverá adotar medidas para prevenção de vazamentos de resíduos e chorume, responsabilizando-se pela imediata correção de eventuais ocorrências.

### **7.2. Subcontratação, cessão e/ou transferência:**

**7.2.1.** É expressamente vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência, total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente objeto da licitação.

### **7.3. Requisitos da Contratação:**

**7.3.1.** A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:



**7.3.2.** A empresa deverá fornecer um veículo caminhão com coletor compactador de no mínimo 15 m³ adequados à atividade, com a disponibilização de motorista;

**7.3.4.** O motorista deve ser devidamente treinado e uniformizado, com disponibilidade integral dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, por parte da empresa e o uso desses EPIS por parte do colaborador deve ser de forma integral durante a execução dos serviços.

**7.3.5.** Cumprimento dos roteiros, rotas e frequências de coleta definidas pelo município consorciado;

**7.3.6.** Transporte dos resíduos até o local de destinação final ambientalmente adequado;

**7.3.7.** Observância às normas técnicas e ambientais vigentes;

**7.3.8.** O veículo deverá possuir caçamba coletora e compactadora com material resistente e exclusivo a abrasividade dos resíduos sólidos, bem como, tampa traseira basculante com cilindros hidráulicos, mecanismos de compactação e ejeção, tanque de chorume, sistema hidráulico completo e sistema de controle de monitoramento interno e externo;

**7.3.9.** Todas as infraestruturas, veículos e equipamentos utilizados pela Contratada deverão atender às normas regulamentadoras aplicáveis, em especial a NR-38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, notadamente o disposto no item 38.5 – Veículos, máquinas e equipamentos, especialmente o subitem 38.5.3.

**7.4. O veículo coletor compactador de resíduos sólidos deve possuir, no mínimo:**

**7.4.1.** Capacidade igual ou superior de 15 m³, sistemas hidráulicos de compactação e dispositivos de limitação de inclinação da caçamba e a adoção de containers e do sistema de elevação para bascular.

**7.4.2.** O veículo e o equipamento deverão possuir iluminação e sinalização em conformidade com as regulamentações do Contran.

**7.4.3.** Controles do ciclo de compactação, devendo estar localizados em sua lateral, de modo que o operador tenha uma visão clara tanto do ponto de operação quanto da abertura de carga;

**7.4.4.** Sinalizador rotativo ou intermitente na parte traseira e dianteira, instalado de forma a não ofuscar a visão dos trabalhadores;



**7.4.5.** Câmera de monitoramento, de forma que seja possível ao motorista a visualização da operação na parte traseira do veículo, com o acionamento automático em marcha ré, sem prejuízo de outras medidas de visualização dos trabalhadores;

**7.4.6.** Sinal sonoro de ré;

**7.4.7.** Sistema de iluminação acima das áreas de carregamento e descarregamento, para permitir visibilidade nos trabalhos noturnos ou de baixa luminosidade;

**7.4.8.** Estofamento em bom estado de conservação e limpeza;

**7.4.9.** Sinal sonoro, com acionamento na parte traseira do equipamento; e

**7.4.10.** Dispositivos de parada de emergência do mecanismo de compactação, em cada lateral do veículo.

**7.5.** As manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada, e deverão ser agendadas e programadas de forma que não altere, ou impossibilite a execução dos serviços de coleta.

**7.6.** Os caminhões deverão estar identificados com adesivos do município, sendo de total responsabilidade da contratada o procedimento de adesivagem.

**7.7.** Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

**7.8.** Correrão por conta da Contratante as despesas de combustíveis para abastecimento do veículo garantindo a continuidade da execução dos serviços.

**7.9.** A empresa deverá garantir que o serviço seja contínuo, garantindo que em casos de falhas mecânicas, ou qualquer intercorrência que impossibilite a prestação do serviço, deverá ser disponibilizado veículo reserva de **substituição em no máximo 24 horas** após a identificação/comunicação da intercorrência, para garantir a não paralisação da coleta visto ser uma atividade essencial de saúde pública.

**7.10.** Todos os veículos utilizados na coleta deverão ser equipados com sistema de rastreamento via GPS, permitindo o acompanhamento em tempo real pela contratante. O sistema deverá possibilitar a visualização da rota percorrida, horários de início e término das coletas, velocidade dos veículos e ocorrências durante a operação. O acesso ao sistema de rastreamento deverá ser fornecido à contratante, garantindo total transparência no monitoramento das atividades.





**7.11.** Caberá à contratada a responsabilidade integral por danos pessoais ou materiais decorrentes do descumprimento das normas de segurança, bem como o custeio de indenizações, seguros e demais encargos legais relacionados a acidentes de trabalho.

#### **7.4. Garantia da Contratação:**

**7.4.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8. VISTORIA PRÉVIA DO VEÍCULO**

**8.1.** A vistoria do veículo será realizada nas dependências da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, em data e horário a ser definido pela Administração.

**8.2.** Considerando o caráter essencial e contínuo do objeto, bem como a necessidade de início imediato da execução dos serviços após a emissão da Ordem de Serviço, a Administração poderá realizar vistoria técnica no veículo e nos equipamentos a serem utilizados na execução contratual, com a finalidade de verificar o atendimento às especificações técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência e no edital.

**8.3.** A vistoria técnica será realizada em local, data e horário definidos pela Administração, mediante prévia comunicação à licitante vencedora, em prazo compatível com o início imediato da execução do objeto.

**8.4.** A aprovação do veículo e dos equipamentos na vistoria técnica constitui condição para a formalização e continuidade da execução contratual, devendo os bens apresentados atender integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.5.** Caso sejam constatadas irregularidades ou desconformidades na vistoria técnica, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias em prazo compatível com a urgência do serviço, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis, conforme previsto no edital e no contrato.

**8.6.** A vistoria técnica será realizada por comissão designada formalmente pela Administração, à qual competirá avaliar as condições técnicas, operacionais e de segurança do veículo e dos equipamentos apresentados.

**8.7.** Na vistoria técnica, a comissão avaliadora observará, no mínimo, os seguintes critérios:

- a)** condições gerais de conservação interna e externa do veículo;
- b)** comprovação da disponibilidade do veículo para execução do contrato;





- c) regularidade da documentação e presença dos equipamentos obrigatórios previstos na legislação vigente;
- d) condições mecânicas, elétricas e hidráulicas;
- e) estado de pneus, sistemas de frenagem e dispositivos de segurança;
- f) funcionamento de equipamentos adicionais exigidos no edital, tais como, aviso sonoro de marcha à ré e sistema de rastreamento por GPS, quando aplicável.

**8.8.** Ao final da vistoria técnica, será elaborado relatório circunstanciado pela comissão avaliadora, no qual constará a aprovação ou as inconformidades identificadas, devendo o referido documento integrar o processo administrativo para fins de acompanhamento da execução contratual.

## **9. PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**9.1.** O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue, nas dependências da Prefeitura do Município de Mirante da Serra/RO, das 7h30min às 13h30min, de Segunda a Sexta-feira, conforme as condições estabelecidas neste instrumento e no edital.

**9.2.** A empresa licitante deverá disponibilizar o objeto da contratação de forma imediata após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.** Eventual impossibilidade de início da execução/entrega deverá ser comunicada formalmente pela contratada à Administração, devidamente justificada, para fins de análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** A empresa vencedora obriga-se a fornecer o objeto em conformidade com as especificações descritas no item 2.1 deste Termo de Referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.

**10.2.** A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, o objeto que não atender ao que ficou estabelecido no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

**10.3.** Todas as despesas relativas à entrega do objeto tais como fretes e/ou transportes, alimentação, manutenção, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da Empresa vencedora.



**10.4.** Todos os meios de comunicação tais como e-mail, telefone, WhatsApp, deverá permanecer devidamente atualizados durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada informar à Administração quaisquer atualizações.

**10.5.** O período de medição e faturamento abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês relativos à prestação de serviços.

**10.6.** O objeto será fornecido de forma contínua.

**10.7.** O fornecimento será através de solicitação/pedido enviado, pela Gestão Contratual, discriminando o quantitativo da necessidade do Departamento solicitante.

**10.8.** A qualidade do item é de inteira responsabilidade da Contratada.

**10.9.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**10.10.** O cronograma de utilização do veículo, contendo os dias da semana, horários e rotas a serem atendidas, será definido e disponibilizado pelo Município de Mirante da Serra à Contratada previamente ao início da execução contratual, podendo ser ajustado conforme a necessidade do serviço.

**10.11.** Em caso de indisponibilidade do veículo ou do motorista, bem como de falha grave ou intercorrência que comprometa a execução do objeto, a Contratada deverá adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade da prestação do serviço, inclusive mediante a disponibilização de veículo reserva e/ou substituição de motorista, quando aplicável, sem ônus adicional ao Contratante.

## **11. RECEBIMENTO**

**11.1.** Em conformidade com os artigos 107 e 140 da Lei Federal Nº. 14.133/21 o objeto da presente licitação será recebido:

**11.1.1.** Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

**11.1.2.** Definitivamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contidas neste Termo de Referência no prazo máximo de 5 (cinco) dias contínuos.

**11.2.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo recebimento do objeto em conformidade com este Termo de Referência, nem a



responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**11.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**11.4.** Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais ocorrerão por conta da contratada.

**11.5.** O período de medição e faturamento abrangerá o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês relativos à prestação dos serviços.

## **12. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**12.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**12.3.** No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**12.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

**12.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**12.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.



**12.8.** Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador.

**12.9.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

**12.10.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**12.11.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**12.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

**12.13.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**13.1.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014).

**13.2.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**13.3.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**13.4.** Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**13.5.** Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.



**13.6.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

#### **14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**14.1.** Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

**14.2.** Nas hipóteses em que a certidão prevista na alínea anterior seja positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, devendo ainda demonstrar que a contratação respeita os limites previstos no seu plano de recuperação.

#### **15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**15.1.** Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar experiência compatível com o objeto licitado, por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento do objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**15.2.** O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais.

**15.3.** Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, conforme previsto no art. 67, da Lei nº 141.133/21, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

**15.4.** Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) e correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentados.

#### **16. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO**



**16.1.** A licitante deverá apresentar Declaração de Autenticidade, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.

**16.2.** A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.

**16.3.** Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988, Anexo V do Edital.

**16.4.** A empresa licitante deverá apresentar Declaração de Enquadramento para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital.

**16.5.** A ausência das declarações exigidas nos subitens acima não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, ressalvando-se que a empresa vencedora permanecerá obrigada ao cumprimento integral das disposições legais aplicáveis, podendo o Pregoeiro(a) solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

**16.6.** A documentação relativa à habilitação deverá ser anexada no sistema eletrônico no momento do cadastro da proposta.

**16.7.** A licitante estará obrigada a atender a todas as exigências de habilitação constantes neste Edital. O não atendimento a qualquer requisito acarretará a AUTOMÁTICA INABILITAÇÃO da licitante.

**16.8.** A documentação de habilitação anexada no sistema ComprasNet, desde que atenda a todas as exigências, terá validade para todos os itens do certame nos quais a licitante participe, inclusive para eventuais itens posteriormente negociados no mesmo procedimento licitatório.

**16.9.** A documentação requerida deverá ser anexada corretamente no sistema ComprasNet, preferencialmente em arquivo único, nos formatos aceitos (zip, doc, docx, xls, jpg, entre outros), considerando que o campo de inserção é único.

**16.10.** A apresentação da documentação de habilitação implicará na plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando seu autor ao integral cumprimento das obrigações inerentes ao certame.



**16.11.** Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos apresentados, o Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública, comunicando no chat do sistema a nova data e horário para sua continuidade.

**16.12.** Para fins de habilitação, a verificação realizada pelo Pregoeiro(a) nos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

**16.13.** Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja pela ausência de documentos obrigatórios ou pela apresentação em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**16.14.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, constatada restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, a licitante será convocada para comprovar sua regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

**16.15.** A não regularização no prazo estabelecido acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo ser convocados os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, com direito à prorrogação do prazo para regularização nas mesmas condições previstas no subitem anterior.

**16.16.** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, contendo o número do CNPJ e o endereço correspondente, nos termos seguintes:

- a)** Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b)** Caso a licitante seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

**16.17.** Documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz poderão ser aceitos para a filial e vice-versa, desde que comprovada a situação.

**16.18.** Na hipótese de a matriz ser a licitante, mas a prestadora do objeto ou emissora da fatura/nota fiscal ser filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**16.19.** Verificada a conformidade com as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.





**16.20.** A comprovação do preenchimento dos requisitos poderá exigir a apresentação dos documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais.

**16.21.** Havendo a necessidade de apresentação dos documentos originais, estes deverão ser encaminhados presencialmente ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia (CISAN Central/RO), no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h00min às sextas-feiras, sito à Rua Canindé, nº 3622 – Setor Institucional, Ariquemes – RO, CEP 76872-872, ou enviados por meio eletrônico ao e-mail [compras@cisancentral.ro.gov.br](mailto:compras@cisancentral.ro.gov.br), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação.

## **17. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**17.1.** Poderão participar desta licitação todas as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto deste certame, devidamente qualificadas, mediante comprovação das regularidades fiscais, jurídicas, tributárias, econômicas, técnicas e demais órgãos regulamentadores.

**17.2.** Não poderão disputar esta licitação (Previstos nos Arts. 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021):

**17.2.1.** Aqueles que não atendam às condições previstas neste Termo de Referência e seus anexos;

**17.2.2.** Os autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**17.2.3.** Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo, bem como aquelas das quais os autores dos projetos sejam dirigentes, gerentes, controladores, acionistas com participação superior a 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsáveis técnicos ou subcontratados, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles necessários;

**17.2.4.** Pessoas físicas ou jurídicas que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**17.2.5.** Aqueles que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente



público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**17.2.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que concorram entre si;

**17.2.7.** Pessoas físicas ou jurídicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**17.2.8.** Agentes públicos do órgão ou entidade licitante;

**17.2.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade;

**17.2.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**17.2.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**17.2.12.** Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado;

**17.2.13.** Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do CISAN Central/RO, inclusive na condição de sócio ou dirigente;

**17.2.14.** Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no país;

**17.2.15.** Não poderão participar empresas que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.



## 18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**18.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, em REGIME ABERTO.

**18.2.** O prestador de serviço selecionado será a empresa que apresentar menor preço, desde que sejam atendidos plenamente as condições deste instrumento, com toda a documentação exigida.

## 19. CONTRATO

**19.1.** O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO convocará a empresa vencedora da licitação para assinatura do Contrato por meio de ofício, encaminhado via e-mail, devendo o comprovante ser acostado ao processo.

**19.2.** Para assinatura do Contrato, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação para assinatura via e-mail.

**19.3.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo final e aceito pelo CISAN Central/RO.

**19.4.** Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**19.5.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato e termo de referência.

**19.6.** Quando da assinatura do contrato, a Contratada poderá apresentar Carta de Preposto, indicando sócio ou empregado da empresa para representá-la durante a vigência contratual, onde deverão constar, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF, RG, função na empresa e qualificação profissional.

### **19.7. Do Prazo de Vigência:**

**19.7.1.** A vigência será de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente até



120 (cento e vinte) meses, conforme estabelece o Art. 106. e Art. 107 da lei 14.133/202, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**19.7.2.** É condição para efetivação dos pagamentos que o contrato esteja devidamente assinado pelas partes e o extrato do contrato publicado nos meios oficiais, com comprovação juntada aos autos.

**19.7.3.** O não cumprimento desta condição implicará em penalidades à empresa vencedora, ficando esta passível de convocação do segundo classificado.

**19.8. Acréscimos e supressões:**

**19.8.1.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que o CISAN Central/RO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

**19.8.2.** Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, por meio do termo aditivo.

**19.9. Da Repactuação do Contrato:**

**19.9.1** A repactuação de preços observará o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data dos orçamentos utilizados na proposta contratada.

**19.9.2** O prazo mínimo para a primeira repactuação será contado a partir:

- I. Da data limite constante do edital para apresentação da proposta ou orçamento;
- II. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo vigente à época da proposta, quando a variação de custos decorrer de mão de obra, vinculada às datas-bases desses instrumentos.

**19.9.3** A repactuação não prejudica o direito das partes de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme §6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021. **19.9.4** A repactuação deverá ser solicitada pela contratada durante a vigência contratual. Caso não seja formalizada nesse período, será considerada preclusa, salvo cláusula expressa em contrário.

**19.9.5** O pedido de repactuação deverá ser acompanhado de demonstração analítica do aumento dos custos, com base na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela contratada.

**19.9.6** O CISAN CENTRAL/RO terá o prazo de até 30 (trinta) dias para responder ao pedido de repactuação, nos termos do inciso X do art. 92 da Lei nº 14.133/2021. **16.9.7** O CISAN



CENTRAL/RO poderá realizar diligências para verificar a variação de custos alegada pela contratada.

**19.10. Do reajuste do contrato:**

**19.10.1.** Os reajustes serão baseados em pesquisa de mercado, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – INPC-A-E/IBGE ou seu substituto, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme legislação vigente.

**19.10.2.** Os valores somente poderão ser reajustáveis mediante solicitação formal da empresa licitante, após o período mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da vigência que se dará a partir da emissão da Ordem de Serviço

**19.11. Da cessão, transferência e/ou sublocação do contrato:**

**19.11.1.** É expressamente vedada a cessão, transferência ou sublocação total ou parcial dos direitos e obrigações do contrato.

**19.12. Rescisão do contrato:**

**19.12.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, conforme condições contratuais e legislação aplicável.

**19.12.2.** Poderão ser motivos de rescisão as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sendo a rescisão amigável, unilateral ou judicial, conforme art. 138 da mesma lei.

**19.12.3.** A contratada reconhece os direitos da Contratante nos casos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

## **20. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**20.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes contratantes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**20.2.** Ocorrendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma pactuado será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro da ocorrência em apostila ao contrato.

**20.3.** As comunicações formais entre a Administração Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se, para fins de agilidade e eficácia administrativa, o uso de mensagens eletrônicas, observada a devida formalidade e segurança da informação.

**20.4.** A Administração poderá convocar representante da empresa contratada, sempre que



necessário, para adoção de providências de caráter imediato, com vistas à adequada execução contratual.

**20.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre o gestor do contrato e representante da empresa contratada, para apresentação do plano de fiscalização contratual, contendo orientações quanto às obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, estratégias de execução do objeto, plano complementar da contratada (quando houver), metodologia de aferição de resultados e sanções aplicáveis.

**20.6. Da Fiscalização Contratual:**

**20.6.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**20.7. Da Fiscalização Técnica:**

**20.7.1.** O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução do objeto, assegurando o cumprimento integral das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados pela Administração Pública.

**20.7.2.** O fiscal técnico anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais não conformidades, com descrição detalhada e orientações para sua regularização.

**20.7.3.** Constatadas inexistências ou irregularidades na execução contratual, o fiscal técnico deverá emitir notificações à contratada, estabelecendo prazo razoável para correção.

**20.7.4.** Sempre que a situação demandar medidas além da competência do fiscal técnico, este deverá informar o gestor do contrato em tempo hábil, para adoção das providências cabíveis.

**20.7.5.** Ocorrendo situações que comprometam o cumprimento dos prazos contratuais, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

**20.7.6.** O fiscal técnico deverá informar, com a devida antecedência, o término da vigência contratual, a fim de possibilitar a análise sobre eventual prorrogação ou nova contratação.

**20.8. Da Fiscalização Administrativa:**

**20.8.1.** O fiscal administrativo será responsável por verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar os procedimentos de empenho, pagamento, glosas, garantias contratuais, bem como formalização de termos aditivos e apostilamentos.

**20.8.2.** Na hipótese de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo





atuará tempestivamente para resolução do problema, reportando ao gestor do contrato os casos que ultrapassarem sua alçada decisória.

## **20.9. Da Gestão Contratual:**

**20.9.1.** Compete ao gestor do contrato coordenar a execução contratual, promovendo o registro de todos os atos e ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, inclusive ordens de serviço, alterações contratuais, registros de ocorrências e prorrogações, elaborando relatórios de acompanhamento conforme necessário.

**20.9.2.** O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, adotando, quando necessário, as medidas corretivas ou comunicando a autoridade competente sobre questões que extrapolem sua competência.

**20.9.3.** É responsabilidade do gestor do contrato monitorar a regularidade das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento, registrando em relatório de riscos eventuais os fatores impeditivos à normal tramitação da despesa.

**20.9.4.** O gestor emitirá documento comprobatório do desempenho da contratada, com base nas avaliações dos fiscais, contemplando o cumprimento das obrigações contratuais, desempenho técnico e eventuais penalidades aplicadas, para fins de registro no sistema de gestão contratual.

**20.9.5.** Quando verificada infração contratual que enseje responsabilização, o gestor providenciará a instauração de processo administrativo, a ser conduzido pela comissão competente ou autoridade designada, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**20.9.6.** Ao final da execução, o gestor do contrato deverá elaborar relatório conclusivo, contendo avaliação sobre o alcance dos objetivos da contratação, bem como sugestões para o aprimoramento de futuras contratações.

**20.9.7.** O gestor deverá encaminhar ao setor responsável a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores efetivamente aferidos pela fiscalização.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** O prazo para pagamento observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 do Decreto nº 08-CISAN-2024, que regulamenta, no âmbito interno, a execução contratual da Lei Federal nº 14.133/2021.

**21.2.** O pagamento será efetuado exclusivamente após o recebimento definitivo dos serviços previstos na Cláusula II deste instrumento, devidamente atestado pela autoridade





competente.

**21.3.** Em conformidade com os artigos 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica de exigibilidade, conforme as categorias contratuais estabelecidas na referida legislação.

**21.4.** O prazo para liquidação e pagamento não poderá exceder 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado.

**21.5.** Compete ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO a adoção de todos os atos necessários à correta liquidação da despesa.

**21.6.** O prazo previsto no item 21.4 ficará suspenso sempre que forem identificadas inconsistências na execução do objeto, na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente, cabendo à contratada a correção das pendências.

**21.7.** Durante o período de regularização das inconsistências pela contratada, sua posição na ordem cronológica de pagamento será suspensa, sendo restabelecida após a solução das pendências, sem prejuízo à continuidade da contagem dos prazos contratuais.

**21.8.** Em casos de força maior ou de caso fortuito que inviabilizem a liquidação ou o pagamento, os prazos ficarão suspensos até a superação do impedimento, sendo preservada a posição originária da obrigação na ordem cronológica.

**21.9.** Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à quantidade, qualidade ou conformidade dos serviços, a parcela incontroversa será paga no prazo legal, permanecendo o valor controverso retido até a devida resolução, com manutenção de sua posição cronológica.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**22.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, além das seguintes obrigações específicas:

**22.2.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a Contratada deverá encaminhar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos, para fins de pagamento:



- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da empresa;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**22.3.** Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras previstas na legislação aplicável, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, sem que tal inadimplência possa, em qualquer hipótese, onerar o objeto do contrato.

**22.4.** Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive fretes, transportes ou serviços de transportadora, se necessários.

**22.5.** Informar, para fins de recebimento de comunicações, ordens de serviço, intimações ou notificações, o nome do preposto responsável, endereço comercial atualizado, e-mail, número de telefone fixo, número de telefone celular e número de WhatsApp.

**22.6.** Interromper imediatamente, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as boas práticas técnicas ou que ofereça risco à segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**22.7.** Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato, inclusive após o término da relação contratual.

**22.8.** Cumprir integralmente as normas de segurança, bem como as demais disposições legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal, que sejam aplicáveis à execução do objeto.

**22.9.** Orientar e treinar seus funcionários quanto às obrigações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas eficazes para a proteção de dados pessoais eventualmente acessados durante a execução contratual.

**22.10.** Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela utilização regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças exigidas para a execução do objeto, eximindo a Contratante de quaisquer responsabilidades decorrentes de infrações a direitos de terceiros.

**22.11.** Indicar, nas notas fiscais emitidas, o período efetivo de prestação dos serviços



correspondente ao faturamento.

**22.12.** Responder por quaisquer despesas resultantes de ações ou demandas judiciais ou extrajudiciais decorrentes de danos causados por si, seus empregados ou prepostos, obrigando-se a assumir integralmente as responsabilidades legais que lhe forem atribuídas.

**22.13.** A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, por dolo ou culpa na execução dos serviços, não se eximindo de tal responsabilidade mesmo na hipótese de acompanhamento ou fiscalização por parte do CISAN Central/RO.

**22.14.** Realizar, às suas expensas, a substituição de materiais que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações técnicas, sendo exigido que os itens substituídos tenham qualidade igual ou superior, sem cobrança de valores adicionais.

**22.15.** Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para o início, execução e conclusão dos serviços contratados.

**22.16.** Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a vigência contratual que possa comprometer a execução do objeto, para a adoção das providências cabíveis.

**22.17.** Fornecer exclusivamente materiais e serviços de primeira qualidade, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**23.1.** A Administração obriga-se a:

**23.1.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

**23.1.3.** Receber os objetos no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**23.1.4.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele, substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**23.1.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

**23.1.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



- 23.1.7.** Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/21.
- 23.1.8.** Providenciar o empenho e posterior pagamento da Nota Fiscal e ou fatura em até 30 (trinta) dias da data seguinte ao seu recebimento pela Contratada.
- 23.1.9.** Aplicar as penalidades previstas no presente instrumento, na hipótese de a Contratada não cumprir os termos constantes neste Termo de Referência, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume de solicitações, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Contratante;
- 23.1.10.** Prestar à Contratada todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do Contratante, completando-os com cópias de análises, correspondências, instruções e documentos, quando pertinentes ao assunto desse objeto.
- 23.1.11.** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços dispostos neste Termo de Referência e Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.
- 23.1.12.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- 23.1.13.** Rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- 23.1.14.** Indicar o representante da Administração para acompanhar, fiscalizar, bem como para atestar o recebimento dos produtos.
- 23.1.15.** Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do objeto pelo Setor Responsável.

## **24. PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

- 24.1.** As partes deverão cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 24.2.** Os dados obtidos pelas partes somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



**24.2.** A Empresa Contratada será responsável pela implementação de medidas adequadas de segurança da informação, destinadas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito da execução dos serviços contratados.

**24.3.** A coleta, o processamento e o armazenamento de dados pessoais deverão restringir-se aos estritamente necessários para a execução do objeto contratual.

**24.4.** O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios previstos na LGPD, especialmente os de finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

**24.5.** Na hipótese de transferência internacional de dados pessoais, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as providências necessárias para assegurar a conformidade com as exigências da LGPD.

**24.6.** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante acerca de qualquer transferência internacional de dados pessoais.

**24.7.** A Empresa Contratada implementará mecanismos de segurança da informação eficazes para resguardar os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração ou destruição indevida.

**24.8.** A Empresa Contratada realizará auditorias periódicas de segurança da informação e comunicará à Contratante quaisquer incidentes que possam comprometer a proteção dos dados pessoais.

**24.9.** Em caso de violação de segurança que possa afetar a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, a Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora injustificada.

**24.10.** A notificação mencionada no item anterior deverá conter informações detalhadas acerca da natureza da violação, suas possíveis consequências e as medidas adotadas para mitigar os riscos decorrentes.

**24.11.** A Empresa Contratada, bem como seus colaboradores diretamente envolvidos na execução dos serviços, compromete-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre os dados pessoais tratados, tanto durante a vigência do contrato quanto após seu término.

**24.12.** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias utilizados.



**24.13.** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento, pela Empresa Contratada, das disposições contratuais e legais referentes à proteção de dados pessoais.

**24.14.** A Empresa Contratada compromete-se a colaborar integralmente com as auditorias, disponibilizando acesso a documentos, registros e pessoal necessários à verificação.

**24.15.** O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados acarretará responsabilidade civil, administrativa e contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, além de sanções previstas na legislação vigente.

## **25. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**25.1.** Recurso necessário para aquisição do objeto está assegurado no orçamento financeiro de 2025 na seguinte dotação orçamentária:

**Órgão:** Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN CENTRAL/RO.

Unidade Orçamentária: Saneamento Básico Urbano.

**Projeto de Atividade:** 17.512.0102.2120.0000 – Serviços de Transporte Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.

## **26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**26.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**26.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**26.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**26.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**26.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**26.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**26.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**26.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**26.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;

**26.1.9.** Fraudar o processo de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**26.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

**26.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**26.1.10.2.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**26.1.10.3.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**26.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência, nos casos do subitem 26.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

**b)** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação ou contratação, nos casos de recusa injustificada em assinar o contrato, e/ou nas infrações previstas nos subitens 26.1.1 a 26.1.10.3;

**26.2.1.** Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a licitante ou futura contratada retardar injustificadamente o procedimento de contratação, ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

**a)** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

**b)** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;

**c)** Tumultuar a sessão pública da licitação;

**d)** Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário;

**e)** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

**f)** Deixar de regularizar documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;





**g)** Propor impugnações ou esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório;

**h)** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

**i)** Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO;

**j)** Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**k)** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente;

**l)** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

**26.3.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato, salvo razões de interesse público devidamente motivadas:

**26.3.1.** O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual ou licitatória, para efeito de cálculo da multa e ou rescisão contratual, será contado em dia contínuos, a partir do 1º dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

**26.3.2.** Caracteriza-se inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante;

**26.3.3.** Caracteriza-se inadimplemento parcial quando do atraso injustificado para substituição de algum objeto quando adjudicado e ou contratado por item.

**26.3.4.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 26.1.2 a 26.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**26.3.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 26.1.8 a 26.1.10.3, ou quando houver motivo justificado;

**26.3.6.** A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**26.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**26.4.1.** A natureza e a gravidade da infração;

**26.4.2.** As peculiaridades do caso concreto;



**26.4.3.** Circunstâncias atenuantes ou agravantes;

**26.4.4.** Os danos causados à Administração;

**26.4.5.** A existência ou não de programa de integridade implementado.

**26.5.** Caso a multa aplicada e as indenizações cabíveis sejam superiores ao valor a ser pago pela Administração, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

**26.6.** A aplicação das sanções não isenta a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

**26.7.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas.

**26.8.** Se durante o processo sancionador houver indícios de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, cópias do processo serão remetidas à autoridade competente para decisão sobre eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**26.9.** A apuração de demais infrações administrativas não enquadradas na Lei nº 12.846/2013 seguirá o rito normal da unidade administrativa competente.

**26.10.** O processamento do PAR não prejudica o andamento dos processos administrativos que apurem danos ou prejuízos à Administração Pública.

**26.11.** A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/1999.

## **27. DO FORO**

**27.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

## **28. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**28.1.** Mais informações poderão ser obtidas por meio do endereço eletrônico [compras@cisancentral.ro.gov.br](mailto:compras@cisancentral.ro.gov.br) ou presencialmente na sede administrativa do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, localizada na Rua Canindé, nº 3622, Setor Institucional, Ariquemes/RO, no horário das



07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min às sextas-feiras.

Ariquemes-RO, 30 de janeiro de 2026.

Termo de Referência Elaborado por:

**THAIS ROCHA DE SOUZA**  
MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO  
CISAN CENTRAL/RO

Revisado por:

**EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO**  
COORDENADOR DE SANEAMENTO  
CISAN CENTRAL/RO

**GISLAINE DA ROCHA SOUZA**  
DIRETORA DE LICITAÇÃO  
CISAN CENTRAL/RO



Autorizado por:

**WALLESON HIGOR CORRÊA JORDÃO**  
SUPERINTENDENTE  
CISAN CENTRAL/RO



## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>PROC 171 2025</b>	<b>02/02/2026</b>

ID: <b>63345</b>	Processo	Documento
CRC: <b>4D5D6732</b>		
Processo: <b>52-171/2025</b>		
Usuário: <b>GISLAINE DA ROCHA SOUZA</b>		
Criação: <b>02/02/2026 15:05:27</b>	Finalização: <b>02/02/2026 15:09:20</b>	

MD5: <b>363F0A7F93E104782B29DBC97FE76F4E</b>
SHA256: <b>3AD4B9A1684AE1DC26087879356FAB3BFE8D627048CD5451E5757FB8E7FDE1D8</b>

## Súmula/Objeto:

**Contratação de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.**


## INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	02/02/2026 15:05:27
---------------	-----------	----	---------------------


## ASSUNTOS

CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	02/02/2026 15:05:27
--------------------------------------	---------------------


## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	GISLAINE DA ROCHA SOUZA	DIRETOR COMISSIONADO	02/02/2026 15:09:46
--	-------------------------	----------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

	EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO	COORDENADOR	02/02/2026 16:29:24
--	-------------------------------	-------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

	WALLESON HIGOR CORREA JORDAO	SUPERINTENDENTE	03/02/2026 06:26:02
--	------------------------------	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

	THAIS ROCHA DE SOUZA	ASSESSOR DE CPL	04/02/2026 08:48:39
--	----------------------	-----------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [cisan.digproc.com.br/](http://cisan.digproc.com.br/) informando o ID 63345 e o CRC 4D5D6732.

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Número do processo 171/2025.

### 2. OBJETO

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo apresentar à Superintendência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO a análise da viabilidade técnica e operacional na contratação de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário, considerando as demandas identificadas no âmbito do município consorciado de Mirante da Serra ao CISAN Central/RO.

### 3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O presente documento, é elaborado em atendimento às disposições contidas no inciso I do Art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/21 e Art. 47 do Regulamento de Procedimento para o Planejamento das Licitações e Contratações, disposto no Decreto nº 08/2024-CISAN CENTRAL/RO, pela Equipe de Planejamento que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da solicitação que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL/RO.

3.2 A presente contratação se faz necessária para suprir as necessidades do município de Mirante da Serra, com a locação de 01 (um) caminhão compactador de resíduos para a coleta convencional (porta-porta) e transportes de resíduos sólidos urbanos até o aterro sanitário, com utilização de um caminhão com coletor compactador de resíduos acoplado de no mínimo 15 m<sup>3</sup>.

**3.3** A locação do veículo é imprescindível devido à responsabilidade ambiental do município de Mirante da Serra enquanto gerador de resíduos em realizar a coleta convencional dos resíduos sólidos urbanos, conforme estipulado no Art. 10 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

**3.4** Observa-se que, diante das limitações estruturais, operacionais e orçamentárias enfrentadas por diversos municípios, a atuação integrada por meio do consórcio público se apresenta como solução viável e eficaz para otimizar recursos, padronizar os serviços e garantir regularidade na execução da coleta.

**3.5** O Município de Mirante da Serra, enfrenta uma necessidade urgente de disponibilizar equipamentos adequados à execução dos serviços essenciais de limpeza urbana, os quais são fundamentais para a qualidade de vida dos munícipes, para evitar o acúmulo de resíduos nas vias públicas, minimizar riscos de proliferação de vetores e doenças, bem como atender às exigências legais e demais normativas ambientais aplicáveis.

**3.6** Sendo assim, é importante ressaltar que a presente contratação se justifica em razão da necessidade e da obrigatoriedade da administração pública municipal em realizar a coleta e da essencialidade dos serviços, considerando que a falta de tratamento adequado, quando necessário, e a disposição final inadequada desses resíduos podem acarretar consequências ainda mais severas, tais como a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios e igarapés, além de contribuir para a disseminação de diversos vetores transmissores de doenças e a contaminação de catadores.

**3.7** Portanto, considerando a natureza essencial da coleta e os benefícios decorrentes da atuação consorciada, o presente documento visa embasar a adoção das providências necessárias para a locação e disponibilização de veículo para execução da coleta convencional no município de Mirante da Serra consorciado ao CISAN Central/RO.

**3.8** A atuação da empresa visa suprir, a coleta de resíduos sólidos através de um veículo caminhão com coletor compactador de resíduos acoplado de no mínimo 15 m<sup>3</sup> com disponibilização de um motorista visando atender a coleta de resíduos sólidos no

município e realizar o transporte dos resíduos coletados diretamente ao Aterro Sanitário.

#### 4. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Engenharia Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN CENTRAL /RO	Edimar Noiman Gonçalves Filho Coordenador de Saneamento Decreto nº 052/2024/CISAN CENTRAL - RO

#### 5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**5.1** Contratação de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário, considerando as demandas identificadas no âmbito do município consorciado de Mirante da Serra ao CISAN Central/RO.

**5.2** O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por intermédio de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, por meio de Menor Preço. Os serviços possuem natureza continuada, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da emissão da ordem de início de serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente até 120 (cento e vinte) meses, conforme estabelece o Art. 106. e Art. 107 da lei 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**5.3** A contratação deverá contemplar a execução contínua da coleta convencional de resíduos sólidos urbanos, abrangendo:

**5.3.1** Disponibilização de um veículo caminhão com coletor compactador de no mínimo 15 m<sup>3</sup> adequados à atividade, com disponibilização de um motorista;





**5.3.2** Cumprimento dos roteiros, rotas e frequências de coleta definidas pelo município;

**5.3.3** Transporte dos resíduos até o local de destinação final ambientalmente adequado;

**5.3.4** Observância às normas técnicas e ambientais vigentes.

**5.4** O veículo deverá possuir caçamba coletora e compactadora com material resistente e exclusivo a abrasividade dos resíduos sólidos, bem como, tampa traseira basculante com cilindros hidráulicos, mecanismos de compactação e ejeção, tanque de chorume, sistema hidráulico completo e sistema de controle de monitoramento interno e externo.

**5.5** Todas as infraestruturas utilizadas pela empresa deverá seguir as normas regulamentadoras, conforme NR-38 de Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, item 38.5 Veículos, máquinas e equipamentos, especificamente 38.5.3.

**5.6** O veículo coletor-compactador de resíduos sólidos deve possuir, no mínimo:

**5.6.1** Deverá possuir capacidade igual ou superior de 15 m<sup>3</sup>, sistemas hidráulicos de compactação e dispositivos de limitação de inclinação da caçamba e a adoção de containers e do sistema de elevação para bascular.

**5.6.2** O veículo e o equipamento deverão possuir iluminação e sinalização em conformidade com as regulamentações do Contran.

**5.6.3** Controles do ciclo de compactação, devendo estar localizados em sua lateral, de modo que o operador tenha uma visão clara tanto do ponto de operação quanto da abertura de carga;

**5.6.4** Sinalizador rotativo ou intermitente na parte traseira e dianteira, instalado de forma a não ofuscar a visão dos trabalhadores;

**5.6.5** Câmera de monitoramento, de forma que seja possível ao motorista a visualização da operação na parte traseira do veículo, com o acionamento automático em marcha ré, sem prejuízo de outras medidas de visualização dos trabalhadores;

**5.6.6** Sinal sonoro de ré;

**5.6.7** Sistema de iluminação acima das áreas de carregamento e descarregamento, para permitir visibilidade nos trabalhos noturnos ou de baixa luminosidade;

**5.6.8** Estofamento em bom estado de conservação e limpeza;

**5.6.9** Sinal sonoro, com acionamento na parte traseira do equipamento; e

**5.6.10** Dispositivos de parada de emergência do mecanismo de compactação, em cada lateral do veículo.

**5.6.11** Todos os veículos utilizados na coleta deverão ser equipados com sistema de rastreamento via GPS, permitindo o acompanhamento em tempo real pela contratante. O sistema deverá possibilitar a visualização da rota percorrida, horários de início e término das coletas, velocidade dos veículos e ocorrências durante a operação. O acesso ao sistema de rastreamento deverá ser fornecido à contratante, garantindo total transparência no monitoramento das atividades.

**5.7** As manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada, e deverão ser agendadas e programadas de forma que não altere, ou impossibilite a execução da coleta.

**5.8** Caberá à contratada a responsabilidade integral por danos pessoais ou materiais decorrentes do descumprimento das normas de segurança, bem como o custeio de indenizações, seguros e demais encargos legais relacionados a acidentes de trabalho.

**5.9** Os caminhões deverão estar identificados com adesivos do município, sendo de total responsabilidade da contratada o procedimento de adesivagem.

**5.10** Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

**5.11** Correrão por conta da Contratante as despesas de combustíveis para abastecimento do veículo garantindo a continuidade da execução dos serviços.

**5.12** A empresa deverá garantir que o serviço seja contínuo, garantindo que em casos de falhas mecânicas, ou qualquer intercorrência que impossibilite a prestação do serviço, deverá ser disponibilizado veículo reserva de substituição para garantir a não paralisação da coleta visto ser uma atividade essencial de saúde pública de forma imediata.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**6.1** Foi realizado levantamento de mercado com empresas do setor de limpeza urbana, com base em cotações atualizadas, dados públicos de contratos semelhantes e parâmetros de preços de referência, permitindo compor uma média de custos praticados para o serviço de coleta convencional contínua.

**6.2** Na pesquisa de levantamento de mercado, foram encontradas as seguintes possíveis soluções:

**6.2.1** Solução 1 - A própria Prefeitura executar o serviço, com a aquisição de veículos, desde que disponha de capacidade técnica e operacional, observando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021. Para isso, é necessário avaliar a disponibilidade de materiais, equipamentos e mão de obra, garantindo a viabilidade da execução direta;

**6.2.2** Solução 2 - Terceirizar o serviço por meio de processo licitatório, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

**6.2.3** A seguir, apresenta-se um quadro comparativo contendo os principais elementos analisados e a respectiva conclusão técnica, fundamentando a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

CRITÉRIOS	SOLUÇÃO 01	SOLUÇÃO 02
VANTAGENS	Controle direto das operações e da equipe	Redução de custos com aquisição e manutenção de veículos e equipamentos.
	Possibilidade de integração com outras atividades municipais	Garantia de desempenho por meio de cláusulas contratuais e indicadores de qualidade, com implementação com Rapidez e continuidade dos serviços
DESVANTAGENS	Elevado custo inicial com compra de veículos, equipamentos e contratação de pessoal.	Dependência contratual da empresa prestadora.
	Necessidade de equipe técnica permanente para manutenção e gestão. Dificuldade em acompanhar a eficiência operacional	Menor controle direto sobre os servidores e rotinas diárias
	Maior risco de paralisação por falta de peças, combustíveis ou pessoal.	Necessidade de fiscalização contínua do contrato.
ANÁLISE DE ECONOMICIDADE	Alto investimento inicial (CAPEX) e custos operacionais permanentes (OPEX).	Melhor relação custo-benefício, com despesas previsíveis e competitividade garantida por licitação
ANÁLISE DE EFICIÊNCIA	Menor eficiência devido à limitação técnica e operacional municipal.	Maior eficiência técnica e operacional, com uso de tecnologia, frota moderna e pessoal treinado.
CONCLUSÃO TÉCNICA	A execução direta é viável apenas se a prefeitura dispuser de estrutura técnica e operacional consolidada e recursos financeiros suficientes.	A terceirização se apresenta como a solução mais adequada, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.

**6.3** Considerando que o município não detém de equipe técnica disponível para atender a respectiva demanda, e que precisaria de alto valor de investimento inicial na compra do equipamento para prestação de serviço por conta própria, e atualmente não possui de equipamento disponível na sua infraestrutura para que garanta e a execução do serviço de forma contínua.

**6.4** Desta maneira, foi optado por aderir a solução 02, como a alternativa mais adequada para o município de Mirante da Serra.



## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1** A solução proposta consiste na contratação, via Consórcio CISAN Central/RO, de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário. A execução deverá seguir cronograma e rotas previamente definidos, com uso de veículos apropriados e destinação dos resíduos ao aterro sanitário consorciado.

**7.2** Atualmente, o Município não dispõe de servidores capacitados para operar os equipamentos necessários à execução do serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos. Conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a administração pública deve garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Sem a devida qualificação, há risco de comprometimento da execução, podendo resultar em atrasos, danos ao patrimônio público e ineficiência operacional.

## **8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

**8.1** A estimativa das quantidades levou em consideração os dados populacionais, a geração média per capita de resíduos sólidos urbanos (kg/hab.dia), os dias de operação mensal, e o número de bairros a serem atendidos. O cálculo resultou em uma média mensal de coleta de aproximadamente 94 toneladas/mês, conforme dados constatados no monitoramento realizado na balança rodoviária do Aterro Sanitário, em um território urbano de 52 quilômetros de extensão de arruamento que deverá ser atendido pela coleta.

**8.2** A necessidade de locação de caminhões compactadores de lixo com características específicas justifica-se pela demanda existente no município, que é influenciada tanto pelo volume de resíduos a serem coletados quanto pela realidade geográfica das ruas da cidade.

**8.3** A locação de 01 (um) caminhão com coletor compactador acoplado com capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup> com disponibilização de um motorista.



## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** Para obtenção do custo estimado para a contratação de cada serviço, foi desenvolvido um memorial de cálculo contemplando a composição necessária dos veículos, equipamentos, materiais e mão de obra (motorista).

**9.2** A partir desse estudo, foi montada uma planilha orçamentária detalhando a composição dos gastos. Sendo os valores de materiais, equipamentos e veículos definidos por meio de pesquisa de mercado, incluindo também valores de despesas com manutenção, depreciação, capital investido, tributos e taxas veiculares. Já a mão de obra foi calculada com base na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT (2025/2025) do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Locação de Mão de Obra do Estado de Rondônia - SEAC-RO, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o número RO000003/2025.

**9.3** A estimativa do valor global da contratação foi elaborada com base em planilha de composição de custos detalhada, considerando os insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e operacionais necessários à prestação do serviço.

**9.4** Tal metodologia permite maior transparência e previsibilidade, assegurando compatibilidade entre o preço estimado e os valores praticados no mercado.

**9.5** Após a análise das cotações e dos preços praticados, estima-se para a contratação o valor total de **R\$ 526.980,48 (Quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos).**

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**10.1** Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão atender ao princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

**10.2** Por se tratar de um único item, locação de um veículo com coletor compactador de resíduos com motorista esse objeto não é possível de parcelamento.

**10.3** Conforme objeto do estudo é a disponibilização de um veículo caminhão com coletor compactador de 15 m³ com respectivo motorista, entende-se viável que seja licitado o item em lote único.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES**

**11.1** Para a realização do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não há necessidade de outras contratações complementares ou interdependentes. Os serviços a serem contratados são abrangentes e autossuficientes, atendendo plenamente às demandas especificadas. A integração entre eles ocorre dentro do próprio contrato, garantindo uma execução coordenada e eficiente. Dessa forma, não se faz necessária a formalização de contratos adicionais, assegurando a autonomia e a efetividade na prestação dos serviços.

## **12. ALINHAMENTO ENTRE CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

**12.1** O objeto referido consta no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente para o ano de 2026 do Consórcio CISAN Central RO.

**12.2** A demanda de locação de caminhão compactador coletor de resíduos sólidos, com motorista, está relacionada necessidade de dar regularidade para o manejo de resíduos no que tange a desativação da área de lixão, no município consorciado ao CISAN, Mirante da Serra e garantir a continuidade e a regularidade dos serviços de coleta convencional de resíduos sólidos urbanos no município de Mirante da Serra/RO, consorciado ao CISAN Central/RO, conforme previsto no ao art. 12, §1º, da Lei 14.133/2021, destacando a possibilidade de demandas supervenientes devidamente justificadas.

**12.3** Considerando a essencialidade do serviço para a preservação da saúde pública, da limpeza urbana e do meio ambiente, bem como a obrigação legal de gestão adequada dos resíduos sólidos, a contratação mostra-se tecnicamente justificada e necessária para o atendimento do interesse público e das demandas operacionais emergentes da administração consorciada.





### **13. ANÁLISE DE RISCOS**

**13.1** Os principais riscos associados à contratação de empresa para locação de equipamento de coleta de resíduos sólidos na área urbana de Mirante da Serra incluem:

**13.1.1** A paralisação parcial ou total da coleta de resíduos sólidos pode ocorrer em decorrência de falhas operacionais da contratada, como quebra ou indisponibilidade dos veículos compactadores por falta de manutenção preventiva ou corretiva adequada.

**13.1.2** Falhas no planejamento logístico da rota de coleta, como não atendimento de uma rota, com acúmulo de lixo em bairros ou regiões específicas com respectivas reclamações recorrentes da população.

**13.1.3** Vazamento de líquidos (chorume) durante o deslocamento.

### **14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

**14.1** A contratação proporcionará benefícios a administração e ao município, garantindo que a limpeza pública ocorra conforme legislação vigente, a contratação visa garantir o atendimento à legislação e a conformidade com as políticas públicas.

**14.2** Este processo visa garantir que a execução dos serviços ocorra de forma contínua e por meio de processos padronizados. Essa abordagem abrange todas as etapas da prestação dos serviços, assegurando que o serviço seja realizado com efetividade, com conformidade técnica e dentro dos prazos determinados de coleta e transporte do resíduos até a unidade do aterro.

**14.3** Garantir que todas as atividades e serviços sejam executados em estrita observância às normas vigentes, assegurando o cumprimento dos requisitos e aspectos legais, técnicos e ambientais.

**14.4** A adoção do método de concorrência, por meio do Menor Preço, assegura uma gestão mais responsável dos recursos financeiros.

**14.5** A execução regular e eficiente da coleta de resíduos é fundamental para prevenir o descarte inadequado em vias públicas, além de coibir práticas nocivas,

como a queima de lixo. A destinação final será realizada de acordo com as normativas ambientais vigentes, garantindo o encaminhamento adequado dos resíduos ao aterro sanitário e minimizando os impactos ao meio ambiente.

## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

**15.1** A execução do serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos, quando realizada de forma adequada, contribui para a redução de impactos ambientais negativos, tais como o descarte irregular de resíduos, poluição visual e contaminação do solo e recursos hídricos.

**15.2** No entanto, impactos podem ocorrer em caso de falhas na operação, como vazamento de resíduos durante o transporte ou descarte indevido. Por isso, será exigido da contratada o cumprimento rigoroso das normas ambientais e a prestação do serviço será acompanhado pelos gestores e fiscais do contrato, visando, garantir a prestação de serviço conforme os critérios estabelecidos na contratação.

## 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

**16.1** A Diretoria Técnica deste CISAN Central de Rondônia, após realizar o Estudo Técnico Preliminar, declara **VIÁVEL** esta aquisição, nos termos acima expostos. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, justificando-se em termos de disponibilidade de mercado, consoante com as legislações em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

## 17. RESPONSÁVEIS

✓ Edimar Noiman Gonçalves Filho – Coordenador de Saneamento do CISAN Central/RO.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Ariquemes-RO, 30 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

**Edimar Noiman Gonçalves Filho**  
Coordenador de Saneamento  
Decreto nº052/2024/CISAN CENTRAL/RO

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	Compactador Mirante da Serra	30/01/2026

ID: 63110	Processo	Documento
CRC: 279CEDB9		
Processo: 52-171/2025		
Usuário: EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO		
Criação: 30/01/2026 09:48:09	Finalização: 30/01/2026 09:51:42	

MD5: FE75E07EE83D3A3D49D3F406C3144B6C
SHA256: D55B6E9F1CC195006FF927E295807CF280FA84AE5DAC9C3AA098F0C8A31BD37B

Súmula/Objeto:

Estudo Técnico Preliminar para contratação de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista.


## INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	30/01/2026 09:48:09
---------------	-----------	----	---------------------

## ASSUNTOS

CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	30/01/2026 09:48:09
--------------------------------------	---------------------

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO	COORDENADOR	30/01/2026 09:52:09
--	-------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [cisan.digproc.com.br/](http://cisan.digproc.com.br/) informando o ID 63110 e o CRC 279CEDB9.

CONTRATO N.º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / CISAN CENTRAL/RO

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE O  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
SANEAMENTO DA REGIÃO  
CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN  
CENTRAL/RO E A EMPRESA**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE RONDÔNIA – CISAN CENTRAL/RO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 10.914.290/0001-32, com sede no Município de Ariquemes/RO, na Rua Canindé, nº 3622, Bairro Institucional, CEP 76872-872, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. **GILLIARD DOS SANTOS GOMES**, brasileiro, casado, portador da RG nº 792.619 SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o nº 752.740.002-15, e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede no Município de \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, doravante denominada **“CONTRATADA”**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ o (a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no Município de \_\_\_\_\_, resolvem celebrar entre si o presente Instrumento Contratual, decorrente da Licitação nº \_\_\_\_\_, submetendo-se as partes às normas Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista, destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário, considerando as demandas identificadas no âmbito do município consorciado ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN Central/RO, nos termos da tabela constante no Termo de Referência do Processo nº 000/2025, conforme condições e exigências nele estabelecidas.

**1.2** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3** O Termo de Referência do Processo nº 000/2025.

**1.4** O Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e seus anexos.

**1.4.1** A proposta vencedora da CONTRADADA.

**1.4.2** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

ITEM	QUANT.	UND.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	Serviço	Contratação de empresa especializada para <b>Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista</b> , destinado à execução dos serviços de coleta convencional e transporte dos resíduos sólidos urbanos no perímetro urbano do Município de <b>Mirante da Serra</b> , em regime contínuo, incluindo o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário.	R\$	R\$

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

**2.1** O valor da contratação será aquele constante da proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, conforme planilha de composição de custos que integra o presente contrato como anexo

**2.2** No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, manutenção e quaisquer outros custos incidentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

**3.1** art.105 da lei 14.133 o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a Conforme partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 120 (cento e vinte) meses, desde que haja interesse público e comprovada vantajosidade econômica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.2** A prorrogação contratual dependerá da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, da regular execução do objeto e da formalização por meio de termo aditivo.

**3.3** Decorrido o prazo máximo legal ou inexistindo interesse na prorrogação, o contrato será encerrado, sem prejuízo da realização de novo procedimento licitatório, se necessário.

**3.4** Em caso de prorrogação, poderá ser aplicado reajuste contratual, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme índice previsto neste instrumento.

## CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL



- 4.1 O regime de execução contratual será indireto, mediante locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com disponibilização de motorista, conforme especificado na Cláusula Primeira deste contrato. Os modelos de gestão e execução, bem como prazos, condições de prestação dos serviços e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Processo nº 000/2025, anexo a este Contrato.
- 4.2 Os serviços serão executados no perímetro urbano do Município de Mirante da Serra, com destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário indicado pelo CONTRATANTE.
- 4.3 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço.
- 4.4 A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme cronograma e rotas definidas pelo CONTRATANTE.
- 4.5 O caminhão deverá possuir capacidade mínima de 15 m<sup>3</sup>, estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, atendendo às normas ambientais e de trânsito vigentes.
- 4.6 O motorista disponibilizado deverá possuir habilitação compatível com o veículo, bem como atender às exigências legais e normativas aplicáveis.
- 4.7 A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento das normas ambientais, de segurança do trabalho e de trânsito aplicáveis à execução dos serviços.
- 4.8 Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil, qualquer situação que possa comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços.
- 4.9 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do veículo em caso de defeito ou indisponibilidade, sem prejuízo da continuidade da prestação dos serviços.
- 4.10 O descumprimento de qualquer prazo ou obrigação implicará a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação pertinente.
- 4.11 Eventuais alterações de cronograma ou rotas dependerão de autorização formal do CONTRATANTE.
- 4.12 O contrato deverá ser cumprido fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.13 As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico.
- 4.14 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato designado.
- 4.15 Todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro, licenciamento, encargos trabalhistas, EPs e demais custos operacionais, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA.
- 4.16 O pagamento será realizado mediante apresentação de nota fiscal acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, após atesto do fiscal do contrato quanto à regular execução dos serviços.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES CONTRATUAIS**





**5.1** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, a critério do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2** As supressões que excederem o limite previsto no item anterior poderão ser realizadas mediante acordo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1** Fica vedada a repactuação de preços do objeto do contrato, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES DE VALORES CONTRATUAIS**

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.1.2.** Os reajustes dos valores máximos estipulados descritos no Anexo II serão realizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto na legislação vigente.

**7.2** Os valores somente poderão ser reajustados mediante solicitação formal da empresa credenciada, após o período mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do início de vigência do Credenciamento que se dará a partir da Homologação da empresa.

**7.2.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.2.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.2.4.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**7.2.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.2.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.2.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.2.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1** É expressamente vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência, total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente objeto da licitação.

## **CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**



**9.1** A condição de pagamento obedecerá à ordem cronológica.

**9.1.1.** Para realização do pagamento além da efetiva comprovação da entrega dos serviços (objeto do contrato), faz necessário apresentar prova de regularidade fiscal e trabalhista vigente para o período de recebimento, análise e pagamento, composta por no mínimo os seguintes documentos:

- I - Certificado de Regularidade do FGTS.
- II - Certidão de Regularidade Débitos Federais (Dívida Ativa da União e Receita Federal).
- III – Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
- IV - Certidão Negativa de Tributo Mobiliário Municipal.
- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista.
- VI - Certidão de falência e ou concordata.

**9.1.2.** O documento de regularidade fiscal e trabalhista constitui condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa.

**9.1.3.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deve realizar consulta ao SICAF para:

- I - Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame.
- II - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.1.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**9.1.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deve comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.1.6.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deve adotar as medidas necessárias à rescisão contratual no processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

**9.1.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**9.1.8.** Deve ser apresentada no Departamento Administrativo do CONTRATANTE a nota fiscal/fatura emitida em 02 (duas) vias em favor de: Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia – CISAN CENTRAL - CNPJ: 10.914.290/0001-32. No corpo da nota fiscal deve conter:

- a) A descrição do material e ou serviço.
- b) Identificação do processo, empenho e número de convênio ou termo de compromisso, quando informado na nota de empenho.
- c) Número da conta bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento.



- d) A data da emissão.
- e) O valor a pagar.
- f) Eventual destaque do valor de retenção tributária cabível.

**9.1.9.** Fica o CONTRATANTE autorizado a comunicar aos Órgãos Credores acerca da existência de crédito em nome da CONTRATADA, a fim de possibilitar medida judicial de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

**9.1.10.** A liquidação e o processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pela Comissão do CONTRATANTE, deduzindo a glosa e a sanção aplicada que porventura tenha sido verificada, será efetuado pelo Departamento Financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação.

**9.1.11.** Na hipótese da nota fiscal/fatura apresentar erro ou dúvida quanto à exatidão ou documentação, o CONTRATANTE pode pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar para cobrança a parte controvertida com a devida justificativa, nesse caso o CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar a partir do recebimento e análise da despesa pelo Controle Interno para proceder o pagamento.

**9.1.12.** Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, a CONTRATADA será notificada para no prazo de 03 (três) dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

**9.1.13.** Na hipótese de devolução da nota fiscal, a mesma será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições contratuais.

**9.1.14.** O pagamento não será efetuado enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito de reajuste de preços ou correção monetária.

**9.1.15.** Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal o CONTRATANTE, a seu critério, pode devolvê-la para a devida correção ou aceitá-la com a glosa da parte que considerar indevida.

**9.1.16.** O CONTRATANTE efetuará retenção na fonte do tributo e contribuição sobre o pagamento a CONTRATADA, conforme o caso e exigência legal aplicável.

**9.1.17.** O pagamento da nota fiscal atestada pela Comissão do CONTRATANTE se dará através de emissão de ordem bancária, na conta bancária indicada pela CONTRATADA, obedecendo a ordem cronológica.

**9.1.18.** O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

**9.1.19.** O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações contratuais.

**9.1.20.** Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora será calculado a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:



$I = (TX/100) \cdot 365$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

$I$  = Índice de atualização financeira;

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;

$EM$  = Encargos moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da parcela em atraso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO GEOTÉCNICO – DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA**

**10.1.1** Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, no que tange à prestação dos serviços descritos no presente contrato.

**10.1.2** A garantia dos serviços prestados será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da conclusão de cada atividade ou entrega do serviço ao CONTRATANTE, conforme o cronograma acordado entre as partes.

**10.1.3** Caso o prazo de garantia oferecido pelo prestador de serviços ou por terceiros envolvidos seja superior ao estipulado, prevalecerá a garantia mais favorável ao CONTRATANTE.

**10.1.4** Em caso de vício ou qualquer irregularidade nos serviços prestados, o CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA um relatório detalhado sobre a ocorrência, especificando as razões do problema, para que a CONTRATADA possa proceder com a correção adequada dentro do prazo estabelecido.

**10.1.5** A CONTRATADA compromete-se a garantir a qualidade, a eficiência e a conformidade com as normas aplicáveis ao monitoramento geotécnico, mantendo os serviços em conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas do setor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

**11.1** É vedado a antecipação de pagamento do objeto do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**12.1** É vedada a cessão de crédito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**13.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1** O recurso orçamentário da execução do serviço (objeto do contrato) correrá a conta do recurso específico previsto no orçamento anual do CONTRATANTE, que tem como projeto atividade e elemento de despesa a seguir especificado:

**Órgão:** Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia CISAN - RO.

**Unidade Orçamentária:** Desenvolvimento das Atividades Operacionais de Saneamento Básico.



**Projeto Atividade:** 17.512.0102.2120.0000– Serviços de Transporte Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.99

**Ficha:** 027.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO E DO GESTOR DO CONTRATO**

**15.1** A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto.

**15.1.2.** Gestor de Contrato será designado por Portaria.

**15.1.3.** Fiscal do contrato será designado por Portaria.

**15.1.4.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE.

**15.1.5.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

**15.1.6.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**15.1.7.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**15.1.8.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**15.1.9.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**15.1.10.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**15.1.11.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**15.1.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade do CONTRATANTE.

**15.1.13.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



**15.1.14.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**15.1.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e as eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**15.1.16.** O gestor do contrato elaborará relatório final, com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO** (Objeto do contrato)

**16.1** O recebimento dos serviços, objeto deste contrato, será precedido da verificação do cumprimento das especificações técnicas e das obrigações estabelecidas no Termo de Referência e no próprio contrato.

**16.2** O recebimento consistirá na análise da quantidade e da qualidade dos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, devendo ser comprovada a conformidade com as condições contratuais. Estando os serviços adequados, será emitido o termo de recebimento definitivo, que formalizará a aceitação do objeto e autorizará o respectivo pagamento.

**16.3** Se, após o recebimento for constatado que o serviço (objeto do contrato) foi entregue de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior ou em desacordo com as especificações constantes no contrato e no termo de referência, a CONTRATADA se obriga a substituir, corrigir e ou reparar o serviço em desacordo, após a notificação, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a irregularidade.

**16.4** Deve ser comunicada e notificada por escrito e de forma tempestiva a CONTRATADA sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega do serviço (objeto do contrato).

**16.5** A CONTRATADA deve reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir o serviço que foi rejeitado, parcial ou totalmente, por apresentar vício, defeito ou incorreção, no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo arcar com as respectivas despesas.

**16.6** O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA em face de eventual existência de vício redibitório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**17.1** São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência e na legislação aplicável:

**17.1.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATO, de acordo com o contrato e seus anexos.

**17.1.3.** Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**17.1.4.** Notificar a CONTRATADA, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;





**17.1.5.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**17.1.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

**17.1.7.** Comunicar a CONTRATADA para emissão de nota fiscal, no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17.1.8.** Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no Contrato;

**17.1.9.** Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**17.1.10.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.

**17.1.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**17.1.12.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**17.1.13.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**17.1.14.** Rejeitar no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

**17.1.15.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**17.1.16.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**18.1** A CONTRATADA deve cumprir as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**18.1.1.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato junto a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

**18.1.2.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**18.1.3.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e a Dívida Ativa da União;

**18.1.4.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital



do domicílio ou sede do contratado;

**18.1.5.** Certidão de Regularidade do FGTS e CRF;

**18.1.6.** Certidão Negativa e Débitos Trabalhistas CNDT.

**18.1.2.** Responsabilizar-se por toda responsabilidade de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, e as demais previstas em legislação específica, cuja a inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

**18.1.3.** Arcar com as despesas dos serviços prestados, inclusive com as despesas de frete, transporte ou transportadora.

**18.1.4.** A Contratada obriga-se a informar, para fins de recebimentos e citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais para a secretaria da Contratante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico), número de telefone móvel, fixo e WhatsApp para contato.

**18.1.5.** Paralisar, por determinação da Contratante qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**18.1.6.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato.

**18.1.7.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

**18.1.8.** Orientar e treinar seus funcionários quanto aos deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

**18.1.9.** Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo a Contratante das consequências de qualquer utilização indevida;

**18.1.10.** Indicar, nas notas fiscais emitidas, o efetivo período da prestação de serviços do mês que está sendo faturado.

**18.1.11.** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da clínica ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se, conseqüentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidos por força de lei;

**18.1.12.** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por este CISAN CENTRAL/RO.

**18.1.13.** A Contratada obriga-se a cumprir fielmente o prazo estipulado para início, execução e finalização dos serviços.

**18.1.14.** Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal ocorrido durante a vigência da prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

**18.1.15.** Fornecer objetos de primeira qualidade, de acordo com as especificações previstas neste Termo de Referência.

**18.1.16.** A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

**18.1.17.** A contratada é obrigada a refazer, de imediato e às expensas, serviços em que





se verificarem irregularidades.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**19.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**19.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

**19.3** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

**19.4** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

**19.5** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**19.6** O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

**19.7** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

**19.8** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

**19.9** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

**19.10** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

**19.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

**19.12** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1** Comete infração administrativa a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:



- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo.
- III - Dar causa à inexecução total do contrato.
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou a execução do contrato.
- IX - Fraudar procedimento licitatório/dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
  - a). Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- XII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações discriminadas na cláusula décima oitava e seus incisos ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I – Advertência, quando ocorrer a infringência do inciso I da cláusula décima sexta do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II – Multa no quantum de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, em caso de recusa da CONTRATADA em assinar o contrato e ou infringência dos incisos II à XII da cláusula décima sexta do contrato.
- III - Multa no quantum de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou contratação, na hipótese de a CONTRATADA retardar injustificadamente o



procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório.
- b) Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente.
- c) Tumultuar a sessão pública da licitação.
- d) Descumprir requisitos de habilitação na licitação, a despeito da declaração em sentido contrário.
- e) Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação.
- f) Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- g) Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.
- h) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato.
- i) Permanecer inadimplente após aplicação de advertência e/ou da multa moratória referida no artigo 147 do Decreto nº 08/2024/CISAN CENTRAL/RO.
- j) Deixar de regularizar, no prazo definido pela autoridade competente, os documentos exigidos para fins de liquidação e pagamento da despesa.
- k) Deixar de complementar o valor da garantia recolhida (quando necessário) após solicitação da autoridade competente.
- l) Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade.

IV - A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

V - Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VI - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

VII - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VIII - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá recolhida



administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

IX - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

X - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual e ou extinção contratual.

XI - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

XII - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

XIII - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

XIV - A aplicação das sanções previstas no contrato, em hipótese alguma isenta a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

XV - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

XVI - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

XVII - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

XVIII - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido pela CONTRATADA, com ou sem a participação de agente público.

XIX - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente



na Lei Federal nº 9.784/1999.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INSCRIÇÃO DAS PENALIDADES NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS**

**21.1** A Comissão Processante do CONTRATANTE, devidamente instituída por Decreto, promoverá a inscrição das penalidades que ensejaram a suspensão, impedimento e inidoneidade da CONTRATADA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

**21.2** Fica assegurado ao CONTRATANTE o livre acesso ao CEIS.

## **CLÁUSULA VIGESIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**22.1** O CONTRATANTE pode rescindir unilateralmente o contrato com a CONTRATADA penalizada com as sanções administrativas, evitando com isso danos irreparáveis.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**23.1** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**23.2** Em caso de extinção do contrato, aplicam-se também o artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

**24.1** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA VIGESIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

**25.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**25.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**25.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **CLÁUSULA VIGESIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

**26.1** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento contratual no Diário



Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no Portal de Transparência do CONTRATANTE, e, atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021 e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94 Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA VIGESIMA SEXTA - DO FORO**

**27.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Ariquemes, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Ariquemes/RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL DE  
RONDÔNIA – CISAN CENTRAL / RO  
CONTRATANTE  
PRESIDENTE GILLIARD DOS SANTOS GOMES**

---

**CONTRATADA**

## **TESTEMUNHAS**

---

**NOME –  
RG –  
CPF –**

---

**NOME –  
RG –  
CPF –**





## ANEXO A - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Órgão:	Consórcio Intermunicipal de Saneamento da Região Central de Rondônia
Objeto:	Locação de caminhão para coleta de resíduos sólidos urbanos
Data:	30 de janeiro de 2026

## Planilha Orçamentária

LOTE ÚNICO: Locação de caminhão para coleta de resíduos sólidos urbanos

[R\$ / Mês]

## i Dados da Frota Necessária

	Descrição dos equipamentos	Quantidade
1	Caminhão com coletor compactador 15 m³	1

## ii Mão de Obra Direta

Serviçores	Quantidade	V. Unitário	R\$/Mês
Motorista - Veículos pesados	1	R\$ 9.356,42	R\$ 9.356,42
Custo total mensal da mão de obra	1	-	R\$ 9.356,42

	Motoristas diurnos	Rem. Base	Dia/mês	horas/dia	R\$ / mês
1	Motorista (horas normais)	R\$ 3.500,06	30	7,33	R\$ 3.500,06
2	Insalubridade (40% * Sal Min.)	R\$ 607,20	30	7,33	R\$ 607,20
3	Operação diurna (hora extra)	-	26	1	R\$ 728,11
4	Encargos Sociais (SINAPI: 72,48%/Remun. base)	R\$ 72,48%	30	7,33	R\$ 3.483,98
5	Benefícios (auxílio alimentação)	R\$ 626,94	30	7,33	R\$ 626,94
6	Benefícios (auxílio transporte)	R\$ 139,72	30	-	R\$ 139,72
6	Exames (SINAPI)	-	-	-	R\$ 270,51
	Custo total mensal de um Motorista - Veículo Pesado				R\$ 9.356,42 a

Referência: Convenção Trabalhista  
Termo Aditivo a Convenção Coletiva De Trabalho 2025/2025  
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000003/2025

## iii Ferramentas e EPI S

Serviçores	Quantidade	Ferramentas SINAPI (R\$/mês)		EPI's SINAPI (R\$/mês)		TOTAL
		Valor Unitário	V. Total	Valor Unitário	V. Total	
Motorista - Veículos pesados	1	R\$ -	R\$ -	R\$ 158,21	R\$ 158,21	R\$ 158,21
Custo total mensal com Ferramentas e EPI's / Motorista						R\$ 158,21 b

## iv Equipamentos: caminhão compactador de RSU

Equipamentos	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Caminhão com coletor compactador 15 m³	1	R\$ 779.895,89	R\$ 779.895,89
Custo total com a aquisição dos equipamentos			R\$ 779.895,89

Referência - Editais PNCP

Referência - Editais PNCP - Custo do veículo foi composto pela média de editais de Ariquemes, Presidente Médici, Cacoal e Espigão do Oeste, editais publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

## v Depreciação, Manutenção e Juros - Livro 2: Cálculos e Parâmetros SINAPI

## Equipamento:

Caminhão com coletor compactador 15 m³

	Valor de Aquisição	Valor Residual	Tx de Juros ao Ano (SELIC)	Vida Útil (anos)	Horas Tra. / Ano	Fator de Horas Disponíveis	Coef. de Manutenção	Custo / mês	% Valor
Depreciação	R\$ 779.895,89	40%	-	7	2.000	1,25	-	R\$ 4.456,55	6,86%
Manutenção	R\$ 779.895,89	-	-	7	2.000	1,25	0,90	R\$ 8.356,03	12,86%
Remuneração capital	R\$ 779.895,89	-	14,75%	7	2.000	1,25	-	R\$ 4.382,27	6,74%
Custo total mensal com depreciação, manutenção e remuneração de capital investido - Cavalo Mecânico								R\$ 17.194,85 c	

## vi Custo em manutenção de troca de pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Sub total	Total
Custo do jogo de pneus 275/60 r22,5	unidade	10	R\$ 2.736,50	R\$ 27.365,00	
Número de Recapagens por pneu	unidade	2	-	-	
Custo de recapagem	unidade	30000	R\$ 991,00	R\$ 19.820,00	
Custo jogo completo + recapagem / km rodado	km/jogo	-	-	-	
Custo mensal com pneus	km	-	-	-	R\$ 5.593,00 d

Cotações

## vii Licenciamento, Imposto e Seguro

	Valor unitário (R\$/ano)	Custo / mês (R\$/mês)
Licenciamento (Detran/RO 2026)	R\$ 230,25	R\$ 19,19
IPVA = 1% do valor do veículo	R\$ 7.798,96	R\$ 649,91
Taxa corpo de Bombeiros/RO	R\$ 37,34	R\$ 3,11
Autorização Ambiental SEDAM OS UPF 2026	R\$ 124,46	R\$ 51,86
Custo Mensal com Licenc., Impostos e Seguro	-	R\$ 724,07 e

DETRAN E SEDAM

## viii Serviços de rastreamento e monitoramento veicular

	Nº Veículos	Valor Unitário (R\$/Ano)	Total (R\$/Mês)
Serviço de rastreamento e monitoramento remoto, através GPS via satélite	1,00	R\$ 196,54	R\$ 196,54
Contratação de Seguro contra terceiros	1,00	R\$ 14.944,55	R\$ 1.245,38
Custo total mensal com serviços de rastreamento e monitoramento			R\$ 1.441,91 f

Referência - Editais PNCP

## ix Identificação visual

	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$/Mês)
Identificação visual do caminhão + compactador (troca 1 vez por ano)	R\$ 502,00	R\$ 41,83
Custo total mensal com programação visual dos veículos	-	R\$ 41,83 g

Referência - Editais PNCP

## x Caminhão Reserva

	Total (R\$/Mês)
Remuneração de 10% sobre o custo de remuneração de capital e o custo de depreciação	R\$ 883,88
Total	R\$ 883,88 h

	Percurso até o aterro (ida e volta)	Dias	Total (km)	Custo
km	254,00	14,000	3556	
Distância a ser percorrida pelo caminhão pela coleta até a destinação final				Responsabilidade Contratante

## xi Custo Total Unitário da Locação de Equipamento SEM Tributos e Lucro

		Valores p/ locação	
		R\$/Mês	Total p/ 12 meses
Custo Total para Locação de Caminhão Compactador (a + b + c + d + e + f + g + h) =		R\$ 35.394,17	R\$ 424.730,04

## xii Custo Total Unitário da Locação de Equipamento COM Bonificação e Despesas Indiretas - BDI (conforme TCU Acórdão 2369/2011 e 2622/2013)

		Incidência	Índice (%)	Cavalo Mecânico	
				R\$/Mês	Total p/ 12 meses
1	Despesas Administrativas / Operacionais =	Custo Direto	5,25%	R\$ 1.858,19	R\$ 22.298,33
2	Lucro =	Direto + Indireto	8,50%	R\$ 3.166,45	R\$ 37.997,41
3	Total de Custos Indiretos =	-	13,75%	R\$ 5.024,64	R\$ 60.295,74
4	Faturamento + Custos Indiretos =	-	-	R\$ 40.418,81	R\$ 485.025,72
5	ISSQN - Tributo Municipal =	Faturamento	5,00%	R\$ 2.020,94	R\$ 24.251,29
6	PIS - Tributo Federal =		0,65%	R\$ 262,72	R\$ 3.152,67
7	COFINS - Tributo Federal =		3,00%	R\$ 1.212,56	R\$ 14.550,77
8	Total de Custo com Tributos =		8,65%	R\$ 3.496,23	R\$ 41.954,72
9	Valor Total Unitário da Locação dos Equipamentos (Custo Direto + Custos Indiretos + Tributos) =	-	22,40%	R\$ 43.915,04	R\$ 526.980,44



## xiii Valor Total Global da Locação dos Equipamentos

		Caminhão	R\$/Mês	Total p/ 12 meses
Valor Total Global da Locação dos Equipamentos (Caminhão Compactador de 15 m³) =		1	R\$ 43.915,04	R\$ 526.980,48





## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento		Identificação/Número	Data	
Planilha Orçamentária		Composição Custo	30/01/2026	
ID:	63111		Processo	Documento
CRC:	1D29C622			
Processo:	52-171/2025			
Usuário:	EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO			
Criação:	30/01/2026 09:52:45	Finalização:	30/01/2026 09:54:39	
MD5:	95AB0A80883B4105E49FADD99D137D61			
SHA256:	8393F5779EFBA600D4EAE01888424CF4B1F7EE88371D2F94F7C8EF98C9764A34			

Súmula/Objeto:

Planilha de Composição de Custo para contratação de empresa especializada para Locação de 01 (um) caminhão coletor compactador de lixo acoplado, com capacidade mínima de 15 m³, com disponibilização de motorista.


## INTERESSADOS

CISAN CENTRAL	ARIQUEMES	RO	30/01/2026 09:52:45
---------------	-----------	----	---------------------

## ASSUNTOS

CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	30/01/2026 09:52:45
--------------------------------------	---------------------

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	EDIMAR NOIMAN GONÇALVES FILHO	COORDENADOR	30/01/2026 09:54:48
--	-------------------------------	-------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 01/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [cisan.digproc.com.br/](http://cisan.digproc.com.br/) informando o ID 63111 e o CRC 1D29C622.

**FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO**

Tipo do Documento

Identificação/Número

Data

**Anexos****I Termo de Referência****19/02/2026**ID: **65225**

Processo

Documento

CRC: **673FFC64**Processo: **52-171/2025**Usuário: **GABRIEL SILVA ROMÃO**Criação: **19/02/2026 10:07:58** Finalização: **19/02/2026 10:07:59**MD5: **AD267917A2CB6469267ECB0FF88BCDBE**SHA256: **1C2C60EDFADA284155A4F7221E52CDF095D1E3134D0367DB76B79274C2F6DD8C**

Súmula/Objeto:

**I Termo de Referência****INTERESSADOS**

CISAN CENTRAL

ARIQUEMES

RO

19/02/2026 10:07:58

**ASSUNTOS**

CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

19/02/2026 10:07:58

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [cisan.digproc.com.br/](http://cisan.digproc.com.br/) informando o ID 65225 e o CRC 673FFC64.